

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2017 e
Relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balanço patrimonial	15
Demonstração de resultado	16
Demonstração do resultado abrangente	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - (CCR SPVias) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A SPVias iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A CCR SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 83 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do estado de São Paulo e o estado do Paraná.

A CCR SPVias conta com 709 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 883 mil habitantes.

A CCR SPVias desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2017

Destaques financeiros

- Captação de mútuo de R\$ 35.209 a 117,49% do CDI
- Distribuição de Dividendos de R\$ 5.372

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2017 foram constatadas 34 mortes, ou seja, uma redução de 69% no número de mortes.
- Conclusão de 2 obras sendo: Duplicação da Rodovia João Mellão (SP-255), do km 254+280 ao km 261+420, no trecho urbano de Avaré com extensão de 7,14 km e Implantação de via marginal de acesso às indústrias de Tatuí (SP127), entre os km 115+330 e 116+. Estas obras foram incorporadas ao contrato por meio de reequilíbrio econômico financeiro, o que resultou na extensão do contrato até 18 de setembro de 2028 (11 meses e 8 dias).

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. José Salim Kallab Fraiha, enquanto o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Ítalo Roppa. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Guardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Na busca constante em capacitar seus colaboradores a Companhia investiu em vários treinamentos via *Web* e presencial treinando 700 funcionários ao longo do ano de 2017.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A CCR SPVias acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

3.2 Desempenho

Em R\$ mil	2017	2016	Var.%
Receita líquida	672.501	607.134	11%
Receita de pedágio	641.447	599.633	7%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	84.091	56.783	48%
Outras receitas	3.079	3.134	-2%
(-) Deduções da receita bruta	56.116	52.416	7%
(-) Custos e despesas (a)	386.507	352.176	10%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	84.091	56.783	48%
Demais custos e despesas	302.416	295.392	2%
(-) Resultado Financeiro líquido	272.819	226.035	21%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	60.568	9.645	528%
Lucro líquido	-47.393	19.278	-346%
(+) Resultado Financeiro líquido	272.819	226.035	21%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	60.568	9.645	528%
EBIT (b)	285.994	254.958	12%
Margem EBIT	42,53%	41,99%	0,53 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	48,60%	46,33%	2,28 p.p.
(+) Depreciação/amortização	117.331	113.003	4%
EBITDA (b)	403.325	367.961	10%
Margem EBITDA	59,97%	60,61%	0,63 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	50.614	64.754	-22%
EBITDA ajustado	453.939	432.715	5%
Margem EBITDA ajustada (e)	77,15%	78,63%	0,01 p.p.
Dívida bruta	1.345.410	1.487.799	-9,57%
Investimentos (caixa, incluindo manutenção)	92.910	60.404	54%
Veículos equivalentes (em milhares)	63.895	62.707	1,89%

- (a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais;
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. O EBIT é calculado por: lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido. O EBITDA é calculado por: lucro líquido atribuído aos controladores (e que não inclui a parcela do resultado atribuída aos não controladores) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações;
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixas: provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25. A margem EBITDA ajustada também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos total.

3.2.1 Receita operacional

A Receita de pedágio totalizou em 2017 R\$ 641.447 (+6,97% sobre 2016) e representou 99,52% do total da Receita (sem Receita de Construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do aumento do tráfego (crescimento de 1,89% de eixos equivalentes sobre 2016) e da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 1,85% na comparação com o ano anterior.

3.2.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 9,75% em relação a 2016, perfazendo R\$ 386.507 no ano de 2017. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 84.091 aumento de 48,09% em relação a 2016 em decorrência da duplicação do trecho urbano de Avaré e da implantação de via marginal de acesso às indústrias no trecho urbano de Tatuí.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 50.614 e apresentou uma redução de 21,84% em 2017, em relação ao ano de 2016. Isto ocorreu devido à correção dos valores projetados de manutenção, por conta da redução do índice IRT;
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 117.331 no ano de 2017. O crescimento de 3,83% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação.
- O custo de outorga atingiu R\$ 10.382. O aumento de 6,39% deve-se ao comportamento da receita.
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 50.702 no ano de 2017, um aumento de 20,72%, devido aos serviços de conservação de rotina e gestão de obras.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 45.170 no ano de 2017, registrando um aumento de 10,20% quando comparado com o ano de 2016. Esse aumento deve-se, principalmente, ao dissídio salarial ocorrido em março de 2017 e aumento de quadro da fiscalizadora de obras.
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 13,37% e atingiram R\$ 28.223 no ano de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente, a reajustes anuais de Combustíveis, Energia Elétrica (bandeira vermelha), Materiais para Manutenção/Conservação e Sinalização para as Praças de Pedágio.

3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 272.819 comparado a um resultado negativo de R\$ 226.035 em 2016. O aumento de 20,70% ocorreu devido a atualização monetária e multa referente a Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) relacionados a tributos federais.

3.2.4 Resultado líquido

O prejuízo acumulado registrado nesse ano foi de R\$ 47.393 atingindo uma redução de 345,84% quando comparado ao ano anterior e esse resultado está principalmente relacionado à adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) referente a tributos federais.

3.2.5 Dívidas

No ano de 2017 a dívida bruta alcançou R\$ 1.345.410 em comparação a R\$ 1.487.799 em 2016.

Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representa 100% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representa 82,89%.

A redução da dívida foi devido principalmente às amortizações dos contratos com o BNDES, captados para financiamento de obras.

3.2.6 Investimentos

A CCR SPVias investiu cerca de R\$ 92,9 milhões em 2017, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP-270 - Rodovia Raposo Tavares

- Recuperação profunda do pavimento - Pista Leste.

SP-258 - Rodovia Francisco Alves Negrão

- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais - km 224+950, km 258+660, km 289+015, km 289+590, km 301+630, km 306+800 e km 319+940.

SP-127 - Rodovia Antonio Romano Schincariol

- Implantação de via marginal de acesso às indústrias no km 116+700 no trecho urbano de Tatuí, com aproximadamente 1,5 km e passarela no km 116+200, assim como a construção de um ponto de ônibus com novas baias;
- Programa de recapeamento de trevos 2ª Intervenção;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais - km 193+800.

SP-255 - Rodovia João Mellão

- Duplicação da Rodovia João Mellão (SP-255), do km 254+280 ao km 261+420, no trecho urbano de Avaré com extensão de 7,14 km, além de outras melhorias, como a implantação de três passarelas para pedestres, implantação de 3,2 km de vias marginais, dois dispositivos em desnível, remodelação e modernização dos dispositivos no km 257+900 e no km 259+160.

SP-280 - Rodovia Castelo Branco

- Programa de recapeamento de trevos 3ª Intervenção;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais - km 173+845, km 204+995 e km 205+865.

4. Sustentabilidade

Desde sua estruturação, em 1998, a Companhia tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra.

Anualmente, em seu site, a Companhia divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas.

Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a Companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos *stakeholders* e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação.

Na divulgação de seu desempenho, a Companhia, convidada para fazer parte do grupo de empresas *frontrunners* do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gera valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso a informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios.

Além da prestação de contas, a atuação sustentável da Companhia é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A Companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Primeira Companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, a Companhia atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais.

Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas pela CCR S.A. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse www.institutoccr.com.br:

A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

4.1 Gestão de Sustentabilidade

No que diz respeito a Capital Social a CCR SPVias atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária, a Companhia desenvolve e apoia diversos projetos sociais junto a seus públicos de relacionamento ao longo dos 26 municípios lindeiros. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2017, temos:

- **Programa Caminhos para Cidadania** - O Programa Caminhos para a Cidadania visa disseminar os conceitos de educação no trânsito e de meio ambiente para os alunos do 4º e 5º anos das escolas públicas municipais, contribuindo com a formação dos futuros motoristas e cidadãos. Em 2017, o programa na CCR SPVias atendeu 21.205 alunos e 907 professores em 24 dos municípios da região. Durante o ano foram realizadas diversas atividades como: blitz educativa, oficinas pedagógicas e ações socioambientais e culturais.

- **Estrada para a saúde** - O Programa Estrada para a Saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde e ao modo de vida dos motoristas. Esse programa é realizado por médicos e enfermeiros e oferecem diversos exames de saúde, como verificação de pressão arterial, glicemia (diabetes), colesterol total, triglicérides, avaliação visual, avaliação de peso e altura, além da distribuição de materiais educativos. Foram realizadas duas campanhas ao longo do ano.
- **Projeto Guri** - Com mais de 49 mil alunos distribuídos por todo o Estado de São Paulo, o Projeto Guri, oferece, desde 1995, nos períodos de contra turno escolar, cursos de iniciação e teoria musical, coral e instrumentos de cordas, madeiras, sopro e percussão, promovendo a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. Na CCR SPVias, em 2017, o Projeto Guri foi realizado em Taquarivaí, Itatinga, Itaberá e Capela do Alto, visando trabalhar os mais variados gêneros musicais, desde canções populares e músicas folclóricas até composições eruditas.

Na busca da mitigação de riscos nas rodovias, a Companhia investe em campanhas de conscientização e orientação junto aos motoristas, tal como a Campanha Viagem Segura (campanhas de orientação quanto ao cinto de segurança, riscos da direção no inverno, tais como neblinas, queimadas e etc.).

Conheça mais sobre os projetos socioambientais da CCR SPVias e das demais unidades da Companhia no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

Dando continuidade ao projeto de redução do consumo de energia elétrica, iniciado em 2014, foram substituídas, iluminação convencional das garagens das Bases SAU por iluminação a LED, assim como, o remanejamento/disposição dos pontos de luz em alguns postos de trabalho, colaborando com eficiência da iluminação do local, em complemento no ano de 2017 foram adquiridos novos Painéis de Mensagem Variável Fixo com tecnologia a LED, a fim de substituir os antigos, sendo 01 na SP-270 e 01 na SP-127, além de campanhas de conscientização de como economizar energia no ambiente de trabalho. Com essas ações realizadas em 2017 foram economizados 5,4% no consumo de energia elétrica quando comparado com o ano anterior.

No decorrer do ano, foram feitas diversas campanhas de conscientização de redução no consumo de água nas bases de trabalho, atitudes simples podem fazer toda a diferença. Foram desenvolvidas ferramentas gerenciais para o monitoramento do consumo diário dos postos de trabalho, e substituídos alguns dispositivos por mais eficientes, assim como utilização de dispositivos de retenção responsáveis por diminuir o volume de água disponível ao uso, além de inspeções periódicas nos postos de trabalho a fim de identificar oportunidades de melhoria. Com essas ações realizadas no ano de 2017 foram economizados 10% no consumo de água quando comparado com o ano anterior.

Alinhados com os objetivos da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CCR SPVias destinou no ano de 2017, às cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 2.378 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 39,42% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos.

A fim de preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a CCR SPVias promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências, são exemplos destas ações.

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2017 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Treinamentos de Normas Reguladoras, Auditor Líder ISO 9001-2015, Workshop de Gestão de Pessoas para líderes, que pretende conscientizar e desenvolver a liderança, conscientização do sistema do governo federal e-Social. Além disso, são desenvolvidos treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

Os treinamentos buscam a disseminação da Visão, Valores e Crenças da Companhia, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

4.2 Destaques do período

No ano de 2017 foram atendidas mais de 83 mil pessoas com os projetos sociais da CCR SPVias ao longo da malha viária administrada pela Companhia.

4.3 Prêmios e reconhecimento

- Rodovias administradas pela CCR SPVias foram classificadas como as melhores do país na pesquisa CNT 2017, são elas: SP-280 e SP-255 - 9º Lugar | SP-127 - 18º Lugar.
- Prêmio ARTESP 2017: CCR SPVias entre as 15 melhores.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da CCR SPVias agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

5.3 Cláusula compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Tatuí, 20 de fevereiro de 2018.
A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Contingências passivas

Conforme notas explicativas nº 1 e 14 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras comparativas da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.460	78.240	Financiamentos	12	33.083	35.745
Aplicações financeiras	6	43.882	-	Debêntures	13	232.092	144.903
Contas a receber	7	37.676	34.017	Fornecedores		11.840	15.226
Contas a receber - partes relacionadas	9	5	50	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	1.604	1.749
Tributos a recuperar		481	610	Mútuos - partes relacionadas	9	209	-
Adiantamento a fornecedores		-	30	Obrigações sociais e trabalhistas		7.714	7.520
Despesas antecipadas		1.685	2.431	Imposto de renda e contribuição social		4.603	3.920
Contas a receber - operações com derivativos	20	925	-	Impostos e contribuições a recolher		2.769	3.400
Outros créditos		108	1.098	Impostos e contribuições parcelados	15	123.950	-
Total do ativo circulante		94.222	116.476	ISS a recolher		3.030	4.041
				Obrigações com o poder concedente	21	930	878
				Provisão de manutenção	16	79.486	9.173
				Contas a pagar - operações com derivativos	20	-	8.648
				Outras contas a pagar		1.089	1.174
				Total do passivo circulante		502.399	236.377
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	12	2.406	34.979
Tributos a recuperar		7	7	Debêntures	13	1.077.829	1.272.172
Contas a receber - operações com derivativos	20	39.633	30.414	Mútuos - partes relacionadas	9	35.000	-
Depósitos judiciais		199	243	Provisão de manutenção	16	45.695	63.016
Outros créditos		-	16	Tributos diferido	8b	21.754	60.000
		39.839	30.680	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14	10.259	4.088
Imobilizado	10	36.034	34.708	Total do passivo não circulante		1.192.943	1.434.255
Intangível	11	1.702.571	1.718.857				
Total do ativo não circulante		1.778.444	1.784.245	Patrimônio líquido			
				Capital social	17a	205.225	205.225
				Reserva de lucros		-	24.864
				Prejuízo acumulado		(27.901)	-
						177.324	230.089
Total do ativo		1.872.666	1.900.721	Total do passivo e patrimônio líquido		1.872.666	1.900.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Demonstração do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	18	672.501	607.134
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(84.091)	(56.783)
Serviços		(37.827)	(29.812)
Custo da outorga		(10.382)	(9.758)
Depreciação e amortização		(115.232)	(111.207)
Custo com pessoal		(33.221)	(30.879)
Provisão de manutenção	16	(50.614)	(64.754)
Materiais, equipamentos e veículos		(10.267)	(9.437)
Outros		<u>(6.687)</u>	<u>(6.492)</u>
		<u>(348.321)</u>	<u>(319.122)</u>
Lucro bruto		<u>324.180</u>	<u>288.012</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(11.949)	(10.109)
Serviços		(12.877)	(12.185)
Materiais, equipamentos e veículos		(559)	(547)
Depreciação e amortização		(2.099)	(1.796)
Contingências jurídicas		(6.170)	(1.631)
Outros		<u>(4.844)</u>	<u>(7.410)</u>
Outras resultados operacionais		312	624
Resultado antes do resultado financeiro		285.994	254.958
Resultado financeiro	19	<u>(272.819)</u>	<u>(226.035)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		13.175	28.923
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(60.568)</u>	<u>(9.645)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>(47.393)</u>	<u>19.278</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	17e	<u>(0,2309)</u>	<u>0,0939</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(47.393)	19.278
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(47.393)</u>	<u>19.278</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	205.225	18.528	1.187	-	224.940
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.278	19.278
Destinações:					
Reserva legal	-	964	-	(964)	-
Dividendos intermediários em 24 de novembro de 2016	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Dividendos intermediários em 22 de dezembro de 2016	-	-	-	(5.129)	(5.129)
Constituição de reserva de lucros	-	-	4.185	(4.185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>205.225</u>	<u>19.492</u>	<u>5.372</u>	<u>-</u>	<u>230.089</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(47.393)	(47.393)
Destinações:					
Dividendos intermediários em 26 de abril de 2017	-	-	(5.372)	-	(5.372)
Absorção do prejuízo	-	(19.492)	-	19.492	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>205.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.901)</u>	<u>177.324</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(47.393)	19.278
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.246)	(7.061)
Depreciação e amortização	60.599	57.870
Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.494	84
Amortização do direito da concessão	56.732	55.133
Capitalização de custo de empréstimos	(11.249)	(4.375)
Juros e variação monetária sobre debêntures, financiamentos e derivativos	177.811	236.150
Constituição da provisão de manutenção	50.614	64.754
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	14.016	4.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(73)	69
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	8.224	8.140
Juros e variação monetária com partes relacionadas	269	-
Resultado de operações com derivativos (<i>fair value hedge</i>)	(978)	(506)
	319.213	414.883
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(3.586)	(32.642)
Contas a receber - partes relacionadas	45	33.808
Tributos a recuperar	129	2.982
Adiantamento a fornecedores	30	62
Despesas antecipadas e outras	1.796	(1.249)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(3.386)	(2.370)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	89	(43)
Obrigações sociais e trabalhistas	194	91
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão imposto de renda e contribuição social	169.416	14.047
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(46.425)	(10.544)
Obrigações com o poder concedente	52	14
Realização da provisão de manutenção	(11.638)	(26.342)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(2.053)	(6.509)
Outras contas a pagar	(85)	(787)
	376.398	404.679
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(9.981)	(6.158)
Adições ao ativo intangível	(82.929)	(54.246)
Aplicações financeiras	(43.882)	-
	(136.792)	(60.404)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	111
Financiamentos e debêntures		
Captações	-	1.172.981
Pagamento de principal	(155.687)	(1.258.586)
Pagamento de juros	(174.489)	(210.996)
Mútuos		
Captações	35.000	-
Liquidação de operações com derivativos	(7.838)	(13.347)
Dividendos pagos a acionistas controladores	(5.372)	(14.129)
Juros sobre capital próprio	-	(14.541)
	(308.386)	(338.507)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Redução /Aumento do caixa e equivalentes de caixa		
	(68.780)	5.768
Demonstração do aumento / redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	78.240	72.472
No final do exercício	9.460	78.240
	(68.780)	5.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 18 de setembro de 2028, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

i. Procedimento Administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1013617-60.2014.8.26.0053 contra a SPVias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 14/06. A petição inicial da ação foi indeferida de plano, tendo sido, portanto, julgada extinta pelo juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Contra essa sentença, o Estado e a ARTESP apresentaram recurso de apelação, que foi provida pelo TJSP em 28 de abril de 2016, para determinar o prosseguimento da ação com citação da SPVias.

A SPVias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1014593-67.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e contra a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 14/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 13 de julho de 2017 foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela SPVias. Em 03 de agosto de 2017, a SPVias opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 06 de setembro de 2017. Em 29 de setembro de 2017, a SPVias apresentou recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo TJSP.

A SPVias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019926-51.2013.8.26.0053, visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de abril de 2014, foi proferida sentença de improcedência da ação. Em 15 de setembro de 2014, a SPVias interpôs recurso de apelação, e, em 24 de setembro de 2014, o Estado de São Paulo e a ARTESP também interpuseram recurso de apelação. Os recursos de apelação foram levados a julgamento em 07 de junho de 2016, tendo sido decretada a extinção da ação, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, prejudicando o exame dos recursos. Em 06 de outubro de 2016, foi publicado o acórdão que negou seguimento aos embargos de declaração opostos pela SPVias. As partes interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, o TJSP inadmitiu os recursos interpostos pela SPVias. Em 22 de fevereiro de 2017, a SPVias protocolou os agravos denegatórios de recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

ii. Reajuste Tarifário 2013

Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5%.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

Por essa razão, a Companhia, em 11 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019361-31.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

A ação encontra-se em fase de instrução.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii. Reajuste Tarifário 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026966-33.2014.8.26.0053, visando a regularidade do contrato com a aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela SPVias, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela SPVias foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à suspensão de liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de São Paulo. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação. O recurso de apelação do Estado de São Paulo e da ARTESP foi distribuído à 8ª Câmara de Direito Público que, em julgamento ocorrido no dia 27 de abril de 2016, negou provimento ao referido recurso por unanimidade. Em 3 de julho de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP opuseram embargos de declaração que foram rejeitados em 27 de julho de 2016. Em 30 de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, foram proferidas decisões inadmitindo os recursos, publicadas em 10 de maio de 2017. Contra essa decisão, o Estado de São Paulo apresentou agravos em recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e as controladas, quais sejam: (i) AutoBAN - Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 e TAM nº 25/2011; (ii) ViaOeste - Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011; (iii) SPVias - Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 e TAM nº 18/2011; e (iv) Renovias - Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011.

Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de IGP-M para o IPCA; e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA).

Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico, instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano.

Ante a demora da ARTESP para instaurar e implementar o primeiro de tais processos administrativos tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a SPVias, em 11 de abril de 2017, ajuizou Ação de Procedimento Ordinário nº 1016435-77.2017.8.26.0053, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

A ação encontra-se em fase de instrução.

v. IRPJ e CSLL - Amortização de ágio

Em 15 de dezembro de 2017, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração por meio do qual a Receita Federal do Brasil exige diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendário de 2012 e 2013, no valor total de R\$ 353.395, oriundas de (a) amortização de ágio, (b) despesas financeiras incorridas com a emissão de debêntures, e (c) multas isoladas relativas às diferenças no cálculo das estimativas mensais. Em 16 de janeiro de 2018, a SPVias apresentou a impugnação, na qual informou que os débitos referentes à amortização do ágio foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (Lei nº 13.496/2017) - PERT (vide nota explicativa nº 15), a ser oportunamente consolidado, tendo contestado a parcela referente à glosa das despesas financeiras e multas isoladas. Aguarda-se o cálculo do desmembramento dos valores exigidos pelo auto de infração, para individualização dos montantes atribuídos a cada acusação fiscal, e posterior encaminhamento para o julgamento em 1ª instância administrativa.

Em 21 de novembro de 2017, a SPVias ajuizou medida cautelar nº 5003802-06.2017.4.03.6110, perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba - SP, contra a União Federal para oferecer garantia (seguro judicial) relativamente a supostos débitos de IRPJ e CSLL, oriundos da amortização de despesas ágio nos anos-calendário 2014 a 2017. A liminar foi concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 12 de janeiro de 2018. No prazo legal de 30 dias, contados da concessão da cautelar, a SPVias ajuizará ação anulatória cumulada com declaratória, visando o reconhecimento judicial do seu direito à amortização do ágio, e procederá com os depósitos judiciais referentes aos tributos a serem discutidos judicialmente.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quanto à porção efetiva das variações no valor justo do derivativo.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

- Capital Social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados
São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.
- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios
Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 11.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

n) Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Novas Normas e Interpretação ainda não efetivas

A Companhia é obrigado a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia planeja adotar a IFRS 15 / CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15 / CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de impairment na adoção do CPC 48 / IFRS 9 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

- Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

De acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

- Divulgações e Transição

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 20 de fevereiro de 2018, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2n Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação dos ativos imobilizados
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 16 Provisão de manutenção
- 20 Instrumentos financeiros

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12, 13 e 20.

As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Financiamentos	33.083	2.406	-	-
Debêntures (a)	238.182	240.000	486.609	360.000
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	1.604	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	12.929	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	209	35.000	-	-
Obrigações com o poder concedente	930	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 408.177, substancialmente composto por financiamentos e debêntures, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 13. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades a Companhia, está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	9.043	3.170
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	417	75.070
	<u>9.460</u>	<u>78.240</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	43.882	-
	<u>43.882</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano (13,78% ao ano em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pedágio eletrônico (a)	37.658	34.079
Receitas acessórias (b)	24	17
	<u>37.682</u>	<u>34.096</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(6)	(79)
	<u>37.676</u>	<u>34.017</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos a vencer	37.651	33.758
Créditos vencidos até 60 dias	19	259
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	6	6
Créditos vencidos há mais de 181 dias	6	73
	<u>37.682</u>	<u>34.096</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***8. Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reclassificado) (*)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	13.175	28.923
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(4.480)	(9.834)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos relativos ao imposto de renda	1.264	641
Despesas indedutíveis	(25.746)	(392)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(287)	(167)
PERT	(31.164)	-
Outros ajustes tributários	(155)	107
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(60.568)</u>	<u>(9.645)</u>
Impostos correntes	(98.814)	(16.706)
Impostos diferidos	38.246	7.061
	<u>(60.568)</u>	<u>(9.645)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>459,72%</u>	<u>33,35%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reclassificado) (*)
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	50.546	49.823
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3.488	1.463
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67	63
Provisão para participação nos resultados (PLR)	740	767
Constituição da provisão de manutenção	42.561	24.545
Outros	11	64
	<u>97.413</u>	<u>76.725</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(109.624)	(130.094)
Ganhos de operações com derivativos	(9.543)	(6.631)
	<u>(119.167)</u>	<u>(136.725)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(21.754)</u>	<u>(60.000)</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos		
	Serviços prestados	Imobilizado/intangível	Despesas Financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo Mutuos	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora						
CCR S.A.	2.389 (a)	-	269 (e)	3 (c)	35.209 (e)	187 (a)
Outras partes relacionadas						
CPC	11.484 (b)	-	-	-	-	952 (b)
MSVia	-	-	-	-	-	2 (c)
ViaOeste	-	-	-	2 (c)	-	-
Rodo Avaré	-	53.882 (d)	-	-	-	463 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017				5	209	1.604
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017				-	35.000	-
Total, 31 de dezembro de 2017	13.873	53.882	269	5	35.209	1.604
Total circulante, 31 de dezembro de 2016				50	-	1.749
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016				-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2016	9.842	25.452	-	50	-	1.749

Despesas com profissionais chave da administração

	2017	2016
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.634	1.561
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	696	646
Complemento de PPR pago no ano anterior pago no ano	451	25
Previdência privada	71	64
Seguro de vida	4	4
	2.856	2.300

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2017	2016
Remuneração dos administradores (f)	851	793

Na AGO realizada em 10 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.500, a qual não inclui os encargos sociais.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a execução de trevos, obras de arte especiais e passarelas para a duplicação de trechos da Rodovia João Mellão (SPVias), no valor total de R\$ 114.550, com vigência de 13 de junho de 2016 a 21 de janeiro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. O consórcio Rodo Avaré é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S.A e Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A;
- (e) Contrato de mútuo, remunerado à variação acumulada de 117,49% do CDI. O vencimento do contrato é 22 de outubro de 2018.
- (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: Conselho da administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

10. Ativo imobilizado**Movimentação do custo**

	2016		2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.492	-	(60)	42	2.474
Máquinas e equipamentos	20.508	-	(45)	2.032	22.495
Veículos	12.684	-	(1.957)	3.004	13.731
Instalações e edificações	609	-	-	-	609
Equipamentos operacionais	34.126	-	(36)	2.406	36.496
Imobilizado em andamento	5.689	10.561	(1.089)	(8.018)	7.143
	<u>76.108</u>	<u>10.561</u>	<u>(3.187)</u>	<u>(534)</u>	<u>82.948</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 580 em 2017 (R\$ 564 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 12,17% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 14,17 % a.a. em 2016.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Movimentação da depreciação**

	Taxa média anual de depreciação %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.785)	(149)	51	(1.883)
Máquinas e equipamentos	11	(11.792)	(1.903)	41	(13.654)
Veículos	25	(8.828)	(2.188)	1.565	(9.451)
Instalações e edificações	5	(479)	(29)	-	(508)
Equipamentos operacionais	11	(18.516)	(2.938)	36	(21.418)
		<u>(41.400)</u>	<u>(7.207)</u>	<u>1.693</u>	<u>(46.914)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Intangível**Movimentação do custo**

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	1.126.508	93.304	2	1.219.814
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.025	-	532	9.557
	<u>2.273.787</u>	<u>93.304</u>	<u>534</u>	<u>2.367.625</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 10.669 em 2017 (R\$ 3.811 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 12,17% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 14,17 % a.a. em 2016.

Movimentação da amortização

	Taxa anual de amortização %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direito da concessão	(*)	(277.476)	(56.732)	(334.208)	
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(271.546)	(52.127)	(323.673)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(5.908)	(1.265)	(7.173)	
		<u>(554.930)</u>	<u>(110.124)</u>	<u>(665.054)</u>	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***12. Financiamentos**

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais (% a.a)</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
1. BNDES FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	Janeiro de 2019	35.489	70.724 (a)
Circulante					
Financiamentos				33.083	35.745
Não Circulante					
Financiamentos				2.406	34.979

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Garantias:

(a) Fiança bancária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2017</u>
2019	2.406
Total	<u>2.406</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de financiamento, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde a operação está detalhada. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 07 de julho de 2008, a SPVias contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor nominal total de R\$ 174.456 dividido em subcrédito A e B. O subcrédito A, no montante nominal de R\$ 52.526, está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, sendo que os juros são pagos mensalmente desde novembro de 2010, até o vencimento final do subcrédito.

O subcrédito B foi liberado, totalmente, nos dias 26 de junho, 26 de novembro de 2014 e 17 de dezembro de 2014, nos montantes de R\$ 60.000, R\$ 55.000 e R\$ 7.219, respectivamente. O principal e os juros estão sendo pagos a partir do mês subsequente às liberações e o vencimento final será em 15 de janeiro de 2019.

As garantias e taxas permanecem as mesmas das demais tranches em aberto.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***13. Debêntures**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2017	Vencimento Final	2017	2016
1. 4ª Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,38% a.a.	6,6684% (a)	2.265	1.133	Abril de 2020	234.924	218.385 (d)
2. 5ª Emissão - Série única	129,30% do CDI	0,5815% (b)	24.365	13.737	Maior de 2021	1.074.997	1.198.690 (d) (e)
Total geral				14.870		1.309.921	1.417.075
						2017	2016
Circulante							
Debêntures						238.182	151.982
Custos de transação						(6.090)	(7.079)
						232.092	144.903
Não Circulante							
Debêntures						1.086.609	1.287.042
Custos de transação						(8.780)	(14.870)
						1.077.829	1.272.172

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Garantias:

- (d) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
- (e) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2017
2019	240.000
2020	486.609
2021	360.000
Total	1.086.609

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 15 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 82 do Ministério dos Transportes de 15 de abril de 2015, com valor nominal total de R\$ 190.000 e vencimento em 15 de abril de 2020. As debêntures têm remuneração de IPCA + 6,38% a.a. e são garantidas por fiança da CCR.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

2. Em 30 de junho de 2016, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da CCR S.A., não conversíveis em ações, no valor nominal total de R\$ 1.200.000, com remuneração de 129,30% do CDI. O pagamento dos juros ocorrerá trimestralmente, a partir de 27 de agosto de 2016. O pagamento do principal ocorrerá em parcelas trimestrais consecutivas, a partir de 27 de maio de 2017 até 27 de maio de 2021. É possível realizar resgate antecipado mediante pagamento de prêmio.

Um dos critérios de vencimento antecipado é a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a (i) 4,5 vezes no ano de 2016; e (ii) 4,0 vezes, a partir do ano de 2017, até a data de vencimento das debêntures, exceto se a emissora optar por contratar carta de fiança

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	
Não circulante						
Cíveis e administrativos	756	6.952	(340)	(1.205)	366	6.529
Trabalhistas e previdenciários	165	448	(260)	(303)	106	156
Tributários	3.167	-	-	-	407	3.574
	<u>4.088</u>	<u>7.400</u>	<u>(600)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>879</u>	<u>10.259</u>

Além dos pagamentos de processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 490 e R\$ 55, respectivamente em 2017 (R\$ 6.234 e R\$ 143, respectivamente em 2016).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e administrativos	4.184	8.294
Trabalhistas e previdenciários	330	176
Tributários (a)	<u>315.806</u>	<u>292.750</u>
	<u>320.320</u>	<u>301.220</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (a) Em setembro de 2013, foi recebida notificação pela SPVias de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 312 milhões (Data-Base: 09/2017). Também houve intimação para que a SPVias procedesse à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais, o que, se efetivado, poderia resultar em diferença de até R\$ 25 milhões na apuração de IRPJ e CSLL a partir de 2011. Em 25 de outubro de 2013, a SPVias apresentou sua defesa administrativa e, após julgamento, em 04 de setembro de 2014, a SPVias foi notificada da decisão proferida em 1ª instância. A decisão foi parcialmente favorável aos interesses da SPVias, tendo havido redução do valor total do débito decorrente de requalificação de multa. Foram interpostos o recurso de ofício, contra a redução da multa, bem como, em 03 de outubro de 2014, o recurso voluntário, por parte da SPVias. Referidos recursos foram julgados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - (CARF) - em 06 de outubro de 2016, o qual decidiu pelo cancelamento total da exigência. Tal decisão não é definitiva, tendo sido opostos os embargos de declaração por parte da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados pelo CARF, em 27 de julho de 2017. Em 20 de dezembro de 2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs o recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), cuja admissibilidade ainda não foi apreciada pelo CARF/CSRF. A SPVias deverá ser intimada após esta fase para, conforme o caso, apresentar suas contrarrazões.

15. Impostos parcelados

	2016	2017		
	Saldo Inicial	Adições	Pagamento de juros e multas	Saldo final
PERT	-	147.561	(23.611)	123.950
	-	147.561	(23.611)	123.950

Em 10 de Novembro de 2017 a SPVIAS aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária - Lei nº 13.496/2017), incluindo no referido programa diferenças de IRPJ e de CSLL relativas à amortização de ágio nos anos-calendário 2012 e 2013. Tais diferenças foram obtidas a partir da adição à base de cálculo dos referidos tributos de despesas incorridas no valor total de R\$ 147.561. O débito foi posteriormente formalizado por meio de lançamento tributário, com o acréscimo de juros e multas, sendo que o valor final a ser consolidado para efeito de PERT ainda depende de apuração final a ser efetivada pela Receita Federal em procedimento próprio. No ano-calendário 2017 foram efetivados desembolsos no valor total de R\$ 23.611. O saldo deverá ser liquidado mediante a utilização de créditos fiscais de partes relacionadas, conforme cronograma de consolidação a ser estabelecido pela Receita Federal do Brasil.

16. Provisão de manutenção

	2016		2017			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	9.173	3.270	1.736	(11.638)	75.809	78.350
Não circulante	63.016	48.337	12.280	-	(75.809)	47.824
	72.189	51.607	14.016	(11.638)	-	126.174

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas anuais de 2016 e 2017, para cálculo do valor presente, foram de 15,77% e 13,93%, respectivamente.

17. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c. Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, previamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Em 26 de abril de 2017, foi aprovada em Reunião de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 5.372 correspondentes a R\$ 0,02617 por ação, à conta de Reserva de Retenção de Lucros.

e. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numrador		
Prejuízo / Lucro líquido	(47.393)	19.278
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>205.225</u>	<u>205.225</u>
Prejuízo / Lucro por ação - básico e diluído	<u>(0,2309)</u>	<u>0,0939</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***18. Receitas**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de pedágio	641.447	599.633
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	84.091	56.783
Receitas acessórias	<u>3.079</u>	<u>3.134</u>
Receita bruta	<u>728.617</u>	<u>659.550</u>
Impostos sobre receitas	(55.815)	(52.170)
Devoluções e abatimentos	<u>(301)</u>	<u>(246)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(56.116)</u>	<u>(52.416)</u>
Receita líquida	<u><u>672.501</u></u>	<u><u>607.134</u></u>

19. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(171.124)	(221.779)
Variações monetárias sobre debêntures	(7.748)	(14.606)
Juros e Variações Monetárias com partes relacionadas	(269)	-
Perda com operações de derivativos	(7.680)	(10.852)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(14.016)	(4.625)
Capitalização de custos dos empréstimos	11.249	4.375
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value hedge</i>)	(12.883)	(14.213)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras (a)	<u>(100.519)</u>	<u>(1.620)</u>
	<u>(302.990)</u>	<u>(263.320)</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.061	235
Ganho com operações de derivativos	18.634	18.665
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value hedge</i>)	2.907	6.906
Rendimento sobre aplicações financeiras	7.448	11.013
Juros e outras receitas financeiras	<u>121</u>	<u>466</u>
	<u>30.171</u>	<u>37.285</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(272.819)</u></u>	<u><u>(226.035)</u></u>

(a) Parte substancial da variação no exercício deve-se à adesão ao PERT (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 15).

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	44.299	-	-	75.070	-	-
Contas a receber	-	37.676	-	-	34.017	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	5	-	-	50	-
Contas a receber - operações de derivativos	40.558	-	-	30.414	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(234.924)	-	(1.074.997)	(218.385)	-	(1.198.690)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(35.489)	-	-	(70.724)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.604)	-	-	(1.749)
Contas a pagar - operações de derivativos	-	-	-	(8.648)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(12.929)	-	-	(16.400)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(35.209)	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(930)	-	-	(878)
	<u>(150.067)</u>	<u>37.681</u>	<u>(1.161.158)</u>	<u>(121.549)</u>	<u>34.067</u>	<u>(1.288.441)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos:** Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 223.236 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 217.109 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA + 6,38% a.a.	101% do CDI	223.236

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (a) (b)	1.088.734	1.141.099	1.219.070	1.312.872

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras e conta reserva	44.299	75.070
Derivativos a receber (a pagar)	40.558	21.766
Debêntures	(234.924)	(218.385)

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Instrumentos financeiros derivativos**

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	(Valor de referência (Nocional) (1))		Valores brutos contratados e liquidados				Efeito acumulado		Resultado					
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda local		Recebidos/(pagos)		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda) em resultado	
				2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (1)	IPCA + 6,38% a.a.	192.356	192.356	236.057	219.954	(7.838)	(13.347)	40.558	30.414	-	(8.648)	10.954	7.813	
Posição passiva				101,00% do CDI	-	-	(195.499)	(198.188)	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2017					192.356	192.356	40.558	21.766	(7.838)	(13.347)	40.558	30.414	-	(8.648)	10.954	7.813	
TOTAL DAS OPERAÇÕES							40.558	21.766	(7.838)	(13.347)	40.558	30.414	-	(8.648)	10.954	7.813	

(1) O contrato possui vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Riscos de juros	10.954	7.813

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, a análise de sensibilidade quanto as variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do CDI	Maior de 2021	1.088.734	(96.736)	(121.195)	(145.761)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Abril de 2020	223.236	(21.248)	(22.999)	(24.751)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Abril de 2020	(223.236)	21.248	22.999	24.751
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2020	195.169	(13.419)	(16.773)	(20.128)
BNDES	Aumento da TJLP	Julho de 2018	4.093	(216)	(254)	(291)
BNDES	Aumento da TJLP	Janeiro de 2019	31.396	(3.122)	(3.680)	(4.237)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁵⁾		44.290	3.030	3.788	4.545
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(110.463)</u>	<u>(138.114)</u>	<u>(165.872)</u>

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	6,89%	8,61%	10,34%
IPC-A ⁽³⁾	2,95%	3,69%	4,43%
TJLP ⁽⁴⁾	7,00%	8,75%	10,50%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE
- (4) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pelo BNDES;
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira;
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2017 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados a contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga variável mensal

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia do mês subsequente, alíquota foi de 1,5% da receita de pedágio e de

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

23,5% das receitas acessórias conforme autorizado pelo Poder Concedente. O compromisso em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 930 (R\$ 878 em 31 de dezembro de 2016).

No decorrer do exercício de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 10.330 referente ao direito de outorga variável (R\$ 9.744 no exercício de 2016).

b. Compromissos relativos às concessões

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compromisso de investimento	<u>244.456</u>	<u>346.946</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração do fluxo de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2017</u>
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	<u>(294)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(294)</u>
Adições ao ativo intangível	<u>294</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>294</u>

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Empréstimos e Financiamento</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Mútuos com partes relacionadas</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Operações com derivados</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(70.724)	(1.417.075)	-	-	21.766	(1.466.033)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	-	(35.000)	-	-	(35.000)
Pagamentos de principal e juros	40.366	289.810	-	5.372	-	335.548
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	7.838	7.838
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	40.366	289.810	(35.000)	5.372	7.838	308.386
Outras variações						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(5.131)	(182.656)	(269)	-	-	(188.056)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	-	-	-	-	727	727
Outras variações que não afetam caixa	-	-	60	(5.372)	10.227	4.915
Total das outras variações	(5.131)	(182.656)	(209)	(5.372)	10.954	(182.414)
Saldo Final	<u>(35.489)</u>	<u>(1.309.921)</u>	<u>(35.209)</u>	<u>-</u>	<u>40.558</u>	<u>(1.340.061)</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Ítalo Roppa	Presidente do Conselho
Christiano Aquilles Gramlich Neves	Conselheiro
Fábio Russo Corrêa	Conselheiro
Rodrigo Siqueira Abdala	Conselheiro

Composição da Diretoria

Jose Salim Kallab Fraiha	Diretor Presidente
Ítalo Roppa	Diretor de Operação

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3